



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE

CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes”, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 31/07/2020



Crise COVID-19: lições para a recuperação

Os impactos do COVID-19 atingiram todo o mundo, afetando diretamente milhões de pessoas e intensificando os desafios de desenvolvimento existentes em muitos países. Mas, enquanto em muitos lugares a pandemia trouxe um nível de perturbação social raramente experimentado antes, em outros a situação tem amplos paralelos com as perdas e perturbações experimentadas em grandes desastres recentes. Toda crise é diferente, é claro, e esta certamente não é como nenhum outro evento contemporâneo. No entanto, seria imprudente não reconhecer as lições que podem ser obtidas de outros contextos de desastre e pós-desastre. Neste breve documento, destacamos os principais insights de pesquisas sobre outras situações de crise que, esperamos, possam informar a recuperação dos impactos do COVID-19, bem como o gerenciamento de respostas a futuras pandemias.

Nossa principal preocupação neste documento é como gerenciar as implicações de longo prazo da pandemia nos países de baixa e média renda (LMICs), devido à combinação de pobreza mais disseminada e capacidade de apoio estruturalmente mais fraca em muitos desses países. No entanto, as lições não são restritas a esses contextos.

Central em nossos argumentos é a importância de apoiar as pessoas a recuperar seus meios de subsistência e bem-estar, de forma razoável e sustentável. Como em todos os desastres, há um número muito maior de pessoas afetadas pela crise do que fisicamente prejudicadas pelo risco (neste caso, um risco biológico - o surto de um vírus). E, como em todos os desastres, esses impactos não caem de maneira uniforme. Portanto, as lições sobre as quais relatamos são orientadas para as necessidades e preocupações das pessoas mais vulneráveis a impactos de longo prazo, moldadas pela exposição diferencial a riscos e barreiras à recuperação associadas à pobreza, marginalização e exclusão. O objetivo é promover o pensamento e o planejamento integrados de longo prazo, para criar caminhos para sair da pandemia que apoiem mais efetivamente a recuperação.

Nas páginas seguintes, reunimos oito lições inter-relacionadas de nosso trabalho de pesquisa na América Latina, Caribe, África Oriental e Sul da Ásia, que organizamos em quatro seções principais: Gerenciando uma crise prolongada; Planejamento para complexidade; Estabelecer prioridades para recuperação; e Capacitação. Cada lição é ilustrada com um pequeno exemplo de um de nossos estudos de caso.

FONTE: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/2604/COVID-19-Crisis-Lessons-for-Recovery-Shape-the-Future.pdf>



Centre for Energy, the Environment
and Natural Disasters



bushfire & natural
HAZARDS CRC

Desastres e resiliência econômica em pequenas comunidades regionais: o caso de Toodyay

Desastres naturais na Austrália são muito caros e geralmente têm efeitos socioeconômicos devastadores nas comunidades afetadas. Exemplos na década passada incluem o sábado negro vitoriano Bushfires 2009 e o Queensland Floods 2010-11, que causaram perda significativa de vidas, perdas em vários setores (incluindo mineração e agricultura) e danos a inúmeras casas e propriedades. Com a expectativa de aumento da severidade e frequência dos desastres naturais (Kitching et al., 2014), há um crescente esforço acadêmico e político para uma melhor compreensão: os riscos que esses desastres representam para as comunidades australianas; os impactos que eles têm em diferentes setores da indústria e grupos comunitários; e o papel que a redução de riscos de desastres pode desempenhar na minimização de tais impactos e na criação de resiliência a desastres.

A estimativa dos custos econômicos totais dos desastres naturais pode ser difícil, devido à falta de dados completos e sistemáticos, dificuldades conceituais (Kousky, 2014) e previsões divergentes da teoria do crescimento sobre os efeitos dos desastres naturais no crescimento econômico (Loayza et al., 2012). Embora a literatura seja inconclusiva, com alguns estudos relatando efeitos negativos e outros positivos ou insignificantes (Loayza et al., 2012), uma metanálise recente da literatura mostrou evidências de impactos negativos em termos de custos diretos (Lazzaroni e van Bergeijk, 2014), com desastres mais graves, causando os maiores danos e aumentando a probabilidade de consequências a longo prazo e / ou negativas (Boustan et al., 2017; Kousky, 2014).

Há também evidências de efeitos distributivos. As perdas econômicas e humanas mostraram-se mais pronunciadas nos países mais pobres (Schumacher e Strobl, 2011), e os fatores institucionais e os níveis de escolaridade foram considerados determinantes importantes que influenciam a resiliência e a recuperação (Kousky, 2014; Felbermayr e Gröschl, 2014). A diversidade econômica também é importante. Contar com um único setor econômico para obter renda aumenta a vulnerabilidade da comunidade e aumenta o tempo de recuperação de desastres em comparação com economias diversificadas (Cutter et al., 2008). O tipo e as interligações dos setores econômicos também desempenham um papel significativo. Devido ao seu caráter intensivo em

terras, o setor agrícola é frequentemente afetado adversamente (FAO, 2015). Localmente, um estudo dos principais incêndios florestais vitorianos descobriu que as indústrias mais suscetíveis a impactos diretos ou indiretos são a Agricultura, setor florestal e pescueiro e comércio varejista (Stephenson, 2010). Por outro lado, o setor de construção pode experimentar um boom logo após o desastre, à medida que as famílias redirecionam as despesas para a reconstrução que de outra forma teriam adiado, apenas para experimentar uma pausa nos próximos anos, depois que as despesas desaparecerem (Kousky, 2014). Mesmo com uma estrutura econômica diversificada, a interdependência de setores pode ter efeitos indiretos (Yu et al., 2014). Assim, as indústrias mais fortemente dependentes de insumos do setor agrícola provavelmente sofrerão efeitos adversos em sua produção. o setor de construção pode experimentar um boom logo após o desastre, à medida que as famílias redirecionam as despesas para a reconstrução que, de outra forma, teriam adiado, apenas para experimentar uma pausa nos próximos anos, depois que as despesas desaparecerem (Kousky, 2014). Mesmo com uma estrutura econômica diversificada, a interdependência de setores pode ter efeitos indiretos (Yu et al., 2014). Assim, as indústrias mais fortemente dependentes de insumos do setor agrícola provavelmente sofrerão efeitos adversos em sua produção.

Embora esses exames mais amplos sejam úteis, números agregados podem mascarar ou ocultar impactos distributivos muito grandes, pois os instrumentos típicos utilizados (PIB e consumo agregado) podem ser medidas enganosas de perdas reais de bem-estar (Hallegatte S, 2014). O que falta é uma compreensão sistemática de como esses impactos econômicos mais amplos de desastres naturais se traduzem no nível individual em relação aos efeitos de renda; quanto tempo esses efeitos persistem; e quais indivíduos da comunidade suportam o custo desses custos. De fato, independentemente do desenvolvimento econômico de um país, um status socioeconômico mais baixo tem sido consistentemente associado a maiores dificuldades pós-desastre (Norris et al., 2002), com os pobres sofrendo perdas significativas por desastres devido à menor capacidade financeira e acesso limitado a serviços públicos e privados. privado (por exemplo, seguros) ativos de recuperação (Blaikie et al. 1994; Gladwin e Peacock 1997). Por exemplo, enquanto os danos causados pelo furacão Katrina eram uniformes entre os grupos demográficos, os indivíduos de baixa renda eram menos propensos a evacuar ou possuir cobertura para o seguro contra inundações (Masozera et al. 2007). Muitas outras vulnerabilidades conhecidas a desastres, como mulheres, idade avançada ou baixa escolaridade (McKenzie e Canterford, 2016), são altamente correlacionadas ou interdependentes com a renda. O vínculo entre renda e desastres também se estende aos resultados de saúde mental: no caso de incêndios florestais, a longevidade de interrupções na renda pós-desastre demonstrou afetar materialmente a saúde mental daqueles afetados por incêndios florestais (Gibbs et al., 2016).

Para esse fim, nosso programa de pesquisa explora o impacto de vários desastres naturais da Austrália, de vários tipos (incêndios, inundações e ciclones), escalas (pequenas e grandes) e locais (regionais, metropolitanas) nos indivíduos atingidos por desastres. resiliência econômica (medida pelo fluxo de renda). Desagrega esses impactos nos indivíduos com base em quem eles são (seus atributos demográficos), se eles trabalham (desempregados, empregados), quanto eles trabalham (meio período, período integral) e nas indústrias para as quais trabalham.

Este relatório investiga os efeitos de renda do incêndio florestal de Toodyay em 2009 na trajetória de renda dos moradores de Toodyay - uma pequena cidade regional no oeste da Austrália com uma população de 4.450 habitantes na época do incêndio. As condições de incêndio foram algumas das piores vistas na Austrália Ocidental na época e queimaram cerca de 2.900 hectares, o equivalente a 2% da área total do Condado de Toodyay. Embora não tenham sido registradas vítimas, o custo total dos danos foi estimado em US \$ 100 milhões (FESA, 2010b).

De uma perspectiva política, este relatório contribui para uma maior compreensão dos possíveis efeitos econômicos de desastres naturais em indivíduos e comunidades que vivem em pequenas cidades regionais na Austrália (FIGURA 1). Toodyay é bastante típico de pequenas cidades regionais da Austrália, com uma população envelhecida entre 1.000 e 4.999 habitantes e uma economia historicamente ligada à agricultura, mineração e manufatura; indústrias que são conhecidas por serem sensíveis a desastres naturais (Ulubasoglu et al., 2019). Essas cidades (~ 1.700 em 2016) formam 9,7% da população da Austrália e concentram-se principalmente em torno da costa leste da Austrália (ABS, 2018).

Para a Austrália Ocidental, em particular, espera-se que as empresas agrícolas em áreas atualmente marginais, como a região de Wheatbelt (na qual a Toodyay está localizada) estejam em maior risco com as mudanças climáticas (Sudmeyer et al., 2016) e, portanto, mereçam atenção especial ao considerar a resiliência a desastres no estado.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/72853_toodyayv0.5.pdf



Planejamento de continuidade de negócios centrado no ecossistema (BCP ecocêntrico): um novo pós-COVID19 normal

Este artigo vê a pandemia da doença de coronavírus 2019 (COVID-19) como uma oportunidade que leva a uma redução significativa nos níveis de poluição, águas limpas nos rios, maior visibilidade e outros benefícios tangíveis à humanidade e ao meio ambiente. Em um cenário pós-COVID, para restaurar as margens e recuperar a produção

perdida, é provável que as indústrias aumentem sua produção, levando a um salto quântico nos níveis de poluição.

Tendo precedência de um cenário como esse em 2008-09, este artigo analisa quais são as possíveis vias para envolver o governo da cidade e as casas de negócios por meio de um novo conceito normal de Planejamento de Continuidade de Negócios (BCP), centrado no eco, para sustentabilidade de longo prazo. Os Dez Princípios para o BCP ecocêntrico apresentados neste documento orientariam a reabertura de microempresas médias empresas (MPME) após o período de bloqueio chamado para verificar a disseminação da pandemia do COVID-19. Os autores esperam que o modelo BCP ecocêntrico ajude as MPMEs a adotarem estratégias comerciais normais para se alinharem aos compromissos específicos dos países com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Estrutura de Sendai para Redução de Riscos de Desastres (SFDRR) e a declaração de Paris.

FONTE: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2590061720300545?token=86AECB164490A879087B9C2A4E91D5A94703D67F05BB39EABECEAE428615FA1963EBCDF9E89CF2E9EAE79D33FD6875F>



Implicações de gênero dos surtos de COVID-19 em contextos de desenvolvimento e humanitários

Informada pelas lições aprendidas em emergências anteriores de saúde pública, a análise da CARE mostra que os surtos de doença de coronavírus 2019 (COVID-19) em contextos humanitários ou de desenvolvimento podem afetar desproporcionalmente mulheres e meninas de várias maneiras, incluindo efeitos adversos em sua educação, segurança alimentar e nutrição, saúde, meios de subsistência e proteção.

As recomendações fornecidas neste relatório, sobre como promover a igualdade de gênero, são (pp. 8-9):

- Dedicar mais recursos para pesquisar as implicações de gênero das emergências de saúde pública, especialmente surtos de doenças, para que os planos de preparação e resposta à saúde pública possam mitigar os danos às mulheres, meninas e outros grupos vulneráveis;
- Trabalhar com comunidades locais, particularmente grupos de mulheres, antes, durante e após emergências de saúde pública para garantir confiança, acesso e fornecer os melhores serviços possíveis;
- Garantir que os planos de preparação e resposta a emergências sejam fundamentados em análises sólidas de gênero, considerando papéis, riscos, responsabilidades e normas sociais de gênero, e respondendo pelas capacidades e necessidades exclusivas de outras populações vulneráveis.

FONTE: https://www.care-international.org/files/files/Gendered_Implications_of_COVID-19-Full_Paper.pdf



Análise global rápida de gênero para Covid-19

Este relatório é para humanitários que trabalham em contextos frágeis que provavelmente serão afetados pela crise da doença de coronavírus 2019 (COVID-19). Está organizado em torno de temas amplos e áreas de foco de particular importância para aqueles cuja programação promove a igualdade de gênero e reduz as desigualdades de gênero. Ele busca aprofundar a atual análise de gênero disponível, abrangendo o aprendizado dos dados globais de gênero disponíveis para a emergência de saúde pública do COVID-19.

O relatório faz as seguintes recomendações com relação à prevenção e mitigação da Violência de Gênero (GBV) (pp. 12-13):

- Prevenção e resposta à VBG são intervenções que salvam vidas: Inclua-as como parte das respostas iniciais ao COVID-19;
- Planeje um aumento esperado da violência doméstica e outras formas de casos de VBG: Apoie os planos de gerenciamento da cadeia de suprimentos e de prestação de serviços para garantir que os serviços permaneçam abertos durante o surto de COVID-19;
- Explore como a tecnologia pode fornecer suporte àqueles em quarentena para acessar os serviços de GBV: desenvolva iniciativas existentes que fornecem suporte on-line para assistência jurídica ou apoio psicossocial, observando as disparidades de gênero no acesso à tecnologia.

FONTE https://www.care-international.org/files/files/Global_RGA_COVID_RDM_3_31_20_FINAL.pdf



OMS diz que Covid-19 é a emergência de saúde global "mais grave" com a qual teve que lidar

Nesta quinta-feira, 30 de julho, a OMS marca seis meses da declaração da Covid-19 como uma “emergência de saúde pública internacional”.

Numa entrevista a jornalistas, o diretor-geral da agência, Tedros Ghebreyesus, disse que esta é “de longe, a mais grave” emergência que a OMS teve que enfrentar.

No início, havia menos de 100 casos fora da China, onde a doença surgiu, na cidade de Wuhan. Nenhuma morte havia ocorrido no exterior. Hoje, são mais de 16 milhões de casos confirmados e pelo menos 646 mil mortes em todo o globo.

Resposta

Tedros afirmou que “a pandemia continua se acelerando.” Nas últimas seis semanas, o número de casos duplicou.

Ele contou que vai convocar o Comitê de Emergência para reavaliar a situação.

Depois de declarar a crise como uma emergência de saúde pública internacional em 30 de janeiro, o mesmo Comitê anunciou uma situação de pandemia a 11 de março.

O chefe da OMS disse que “a Covid-19 mudou o mundo, unindo pessoas, comunidades e nações, mas também separando-as.”

Segundo ele, a pandemia “mostrou os lados positivo e negativo dos seres humanos”.

Nos últimos seis meses, a comunidade científica aprendeu muito sobre o vírus e continua aprendendo. Mas para Tedros, os pilares da resposta não mudaram: liderança política e informação, engajar e escutar as comunidades.

As medidas básicas de combate também continuam sendo as mesmas: diagnosticar, isolar, testar e cuidar de casos e rastrear e colocar em quarentena seus contatos.

Em nível individual, os conselhos continuam sendo que as pessoas mantenham distanciamento social, lavem as mãos, evitem multidões e áreas fechadas e usem máscara quando recomendado.

Segundo o chefe da agência, “onde essas medidas são seguidas, os casos diminuem”.

Exemplos

Ele destacou países que preveniram surtos em larga escala, como Camboja, Nova Zelândia, Ruanda, Tailândia, Vietnã e ilhas no Pacífico e no Caribe. Outros como Canadá, China, Alemanha e Coreia do Sul conseguiram controlar grandes surtos.

Tedros afirmou que um dos elementos mais importantes nesta luta “é a determinação e a vontade de fazer escolhas difíceis para manter todos em segurança.”

Trabalho

Nos últimos seis meses, a OMS trabalhou apoiando os países na resposta ao vírus. Tedros disse estar “imensamente orgulhoso” da organização, de seus funcionários e de seus esforços.

Dias depois dos primeiros casos surgirem na China, a agência publicou orientações abrangentes sobre como diagnosticar, testar e tratar os doentes e proteger os profissionais de saúde.

Depois, divulgou o primeiro protocolo de teste, atuando com um fabricante na Alemanha para produzir testes e enviá-los aos países mais carentes.

Reunindo milhares de especialistas de todo o mundo, a agência analisou todos os novos dados e produziu orientações atualizadas. Tedros disse que “a OMS nunca produziu um volume tão grande de consultoria técnica num período tão curto.”

Mais de 4 milhões de pessoas receberam cursos de treinamento online, o Solidarity Trial foi lançado para encontrar as terapias mais eficazes e Voos Solidários transportaram milhões de kits de teste e toneladas de equipamentos de proteção.

Solidariedade

Também foi criado o Fundo de Resposta à Solidariedade, que já angariou mais de US\$ 225 milhões de mais de 563 mil pessoas, empresas e filantropos. Além disso, Estados-membros e doadores disponibilizaram cerca de US\$ 1 bilhão para apoiar os países.

A OMS trabalhou com organizações comunitárias, grupos religiosos, empresas de tecnologia e muitos outros grupos para combater a pandemia de informação, que chamou de infodemia. Também lançou o Acelerador ACT, que está ajudando a desenvolver e distribuir vacinas, diagnósticos e tratamentos.

Para Tedros, a agência “produziu uma quantidade de trabalho incrível, mas ainda tem um caminho longo e difícil pela frente.”

Seis meses mais tarde, o chefe da OMS diz que a pandemia “mostrou como a saúde não é uma recompensa pelo desenvolvimento, mas a fundação da estabilidade social, econômica e política.”

Ele terminou dizendo que o mundo não é prisioneiro da pandemia e que todos ainda podem fazer a diferença.

FONTE:https://news.un.org/pt/story/2020/07/1721371?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=e7d681fe3c-

EMAIL_CAMPAIGN_2020_07_28_12_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-e7d681fe3c-105027597



Guia de evacuação do tsunami durante o COVID-19

A pandemia de vírus Corona (COVID-19) já supera as agências de gerenciamento de desastres e ativistas humanitários. E se essa condição de crise do COVID-19 for agravada por outros desastres causados principalmente por riscos naturais que podem ocorrer a qualquer momento, como terremotos, tsunamis, inundações, erupções vulcânicas e outros fenômenos naturais.

O Centro de Informações sobre Tsunami do Oceano Índico da UNESCO-COI no escritório da UNESCO em Jacarta, em colaboração com a Agência Nacional de Gerenciamento de Desastres (BNPB), a Agência de Meteorologia, Climatologia e Geofísica (BMKG), o Institute for Technology Bandung (ITB), o A Associação Indonésia de Especialistas em Tsunami (IATSI) e os Jovens e Jovens Profissionais do SETI para DRR (U-INSPIRE) publicaram um folheto na Bahasa Indonésia intitulado "Guia para Evacuação de Tsunami durante o COVID-19" para Agências Locais de Gerenciamento de Desastres (BPBD).

O guia fornece informações sobre o alerta precoce do tsunami a ser emitido em caso de emergência, preparação para a evacuação do tsunami que precisa ser organizada pelas agências locais de gerenciamento de desastres com esta situação do COVID-19 e orienta como evacuar as pessoas durante a emergência do tsunami. com base em sua exposição ao COVID-19.

FONTE: https://en.unesco.org/sites/default/files/guide_for_tsunami_evacuation_covid-1_final-1_eng.pdf



Unicef apoia volta às aulas em sete países que reabriram escolas após Covid-19

Cultura e educação

O Fundo das Nações Unidas para a Infância está atuando com governos e escolas para ajudar no retorno às aulas na reabertura de colégios pelo mundo. Para a agência da ONU, as escolas não devem somente reabrir, mas reabrir de uma melhor maneira para os alunos especialmente aqueles mais marginalizados.

Medidas como lavagem de mãos, distanciamento físico, utilização da máscara e controle da temperatura devem ajudar na prevenção à Covid-19 e a manter crianças e jovens seguros.

Veja como está sendo a volta às aulas em sete países.

Butão

Aulas na Escola Central Samtengang em Wangdue. O local deu as boas-vindas a seus 134 estudantes em 1 de julho, quando o colégio reabriu para as turmas do nono e décimo-primeiro anos.

O Unicef está atuando com o Ministério da Educação para emitir diretrizes de segurança no retorno ao colégio além de uma lista de requisitos para que a reabertura ocorra com segurança.

China

As crianças têm a temperatura do corpo controlada e utilizam álcool em gel antes de entrar no Jardim da Infância, que reabriu em 1 de junho, em Chongqing, na China.

Para manter os alunos seguros e saudáveis, funcionários e professores implementaram uma série de medidas incluindo o monitoramento para os sintomas da Covid-19 recomendando práticas de higiene e desinfetando as salas de aula e os dormitórios. O retorno ocorre com base nas medidas de prevenção e controle em várias províncias e classes escolares.

O Unicef apoiou a campanha Retorno Seguro à Escola Safe School Return campaign que inclui estudantes, professores e pais com dicas práticas enviadas a colégios de todo o país.

Cote d'Ivoire ou Costa do Marfim

Na Escola Primária São Pedro, no sudoeste da nação africana, as crianças retornaram após várias semanas de suspensão das atividades letivas. Em 18 de maio, a volta ocorreu com uma série de precauções como utilização da máscara, lavagem regular das mãos e o distanciamento físico.

O Ministro da Educação anunciou uma pausa entre junho e setembro. O Unicef está apoiando as autoridades com o desenvolvimento de diretrizes práticas e aconselhamento para famílias, autoridades e estudantes.

Egito

O Ministério da Educação do Egito e o Unicef estão cooperando com uma guia sobre abertura de escolas no país. Ali, a agência da ONU apoia ações de limpeza e esterilização em 360 escolas nas províncias de Minia e Fayoum para proteger 338.259 crianças. O Unicef está ajudando a desinfetar 567 escolas antes do período de provas finais da 12ª série.

Laos

Em 18 de maio, o Liceu Vientiane, uma escola pública na capital de Laos, recebeu de volta mais de 900 alunos. Ali, as aulas ficaram suspensas na escola por dois meses. Em mais de um mês, não houve nenhum caso da Covid-19. Com isso, o Ministério da Educação declarou que era seguro realizar o retorno dos estudantes.

O Unicef apoiou o Ministério com o plano de resposta à pandemia e participou da campanha de retorno dirigida a pais, professores e estudantes. Como parte da iniciativa, foram distribuídos pôsteres a todos os colégios no país, assim como mensagens em plataformas digitais e mídias tradicionais.



© Unicef/Ahmed Mostafa

Uma sala de aula é desinfetada em Minia, no Egito.

Vietnã

Num outro país do sudeste asiático, os alunos voltaram às aulas na Escola de Lao Cai, em 11 de maio. Estas medidas estão sendo chamadas “novos hábitos” para tornar as

escolas mais seguras durante a pandemia da Covid-19. Após a longa pausa do festival do Ano Novo Lunar no fim de janeiro, mais de 22 milhões de alunos vietnamitas voltaram para o colégio.

Para as escolas reabrirem, eles tiveram que cumprir uma lista de requisitos divulgada pelo Ministério da Educação e Treinamento para evitar a contaminação com a infecção. Dentre as medidas estão itens médicos e de higiene como termômetros e sabão, controle de temperatura, máscaras e distanciamento. Além disso, as diretrizes também tratam de higiene alimentar e ambiental. A parceria com o Unicef possibilitou todos os 43.996 alunos do país a implementarem o protocolo de segurança nas escolas para facilitar a volta às aulas.

FONTE: https://news.un.org/pt/story/2020/07/1721411?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=e7d681fe3c-EMAIL_CAMPAIGN_2020_07_28_12_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-e7d681fe3c-105027597



FAO lança programa que prevê 7 áreas prioritárias de resposta e recuperação à COVID-19

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou seu novo programa abrangente de resposta e recuperação à COVID-19, destinado à prevenção de uma emergência alimentar global durante e após a pandemia, e de uma intervenção de desenvolvimento a médio e longo prazo em relação à segurança alimentar e nutrição.

A agência solicita um investimento inicial de US\$ 1,2 bilhão para atender às necessidades do novo programa.

O programa foi lançado durante um diálogo virtual com os setores público e privado intitulado “Ação conjunta em relação à COVID-19: impulsionando nossa resposta global à alimentação e agricultura”. O evento foi organizado pela FAO, em 14 de julho, para fornecer uma resposta global simplificada e coordenada que garanta o acesso a alimentos nutritivos para todos, mobilizando todos os tipos de recursos e parcerias nos níveis nacional, regional e global.

Em conformidade com a abordagem das Nações Unidas para “reconstruir melhor” após a COVID-19, e com o objetivo de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o novo programa visa mitigar o impacto imediato da pandemia e, ao mesmo tempo, fortalecer a resiliência a longo prazo dos sistemas alimentares e meios de subsistência.

“Não podemos continuar simplesmente fazendo o que foi feito por toda a vida”, destacou o diretor-geral da FAO, Sr. QU Dongyu, em sua declaração de abertura. “Devemos trabalhar muito para limitar os efeitos nocivos da COVID-19 na segurança

alimentar e nutrição. Temos que focar mais nos países, ser mais inovadores e colaborar de perto, de mãos dadas. Foi assim que a FAO formulou seu abrangente Programa de resposta e recuperação à COVID-19 e hoje pedimos que se juntem a nós”, acrescentou.

Abordar o impacto da COVID-19 nos sistemas alimentares

Além de ser uma grande preocupação pública, a pandemia da COVID-19 também pode representar uma séria ameaça à segurança alimentar global. Segundo estimativas do Banco Mundial, as repercussões econômicas da pandemia podem levar cerca de 49 milhões de pessoas à pobreza extrema. O aumento das taxas de desemprego, a perda de renda e o aumento dos custos com alimentos estão comprometendo o acesso aos alimentos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e terão efeitos a longo prazo na segurança alimentar.

De acordo com a última edição do relatório da FAO “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, mesmo antes do impacto da pandemia da COVID-19 afetar os sistemas alimentares globais e os meios de subsistência de milhões das pessoas no início do ano, haviam 10 milhões de pessoas subalimentadas a mais do que em 2018 e 60 milhões a mais que em 2014. No Relatório Mundial sobre as Crises Alimentares de 2020, estima-se que 135 milhões de pessoas sofram de insegurança alimentar aguda e precisem de ajuda humanitária urgente para a sua alimentação e nutrição.

Além disso, a pandemia pode mergulhar as economias nacionais em uma recessão, e os países devem adotar medidas urgentes para mitigar o impacto a longo prazo nos sistemas alimentares e na segurança alimentar.

Não menos urgente é a pandemia que ameaça complicar as crises existentes – como conflitos, desastres naturais, mudanças climáticas, pragas e infestações – que já estão pressionando nossos sistemas alimentares e causando insegurança alimentar em todo o mundo.

As sete áreas prioritárias do Programa de Resposta

Para minimizar os efeitos prejudiciais da COVID-19 na segurança alimentar e nutrição, e transformar os sistemas alimentares globais para aumentar sua resiliência, sustentabilidade e equidade, a FAO pede ação imediata em sete áreas prioritárias:

- Fortalecer o plano global de resposta humanitária à COVID-19
- Melhorar dados usados para tomada de decisão
- Garantir a inclusão econômica e a proteção social para reduzir a pobreza
- Fortalecer os padrões comerciais e de segurança alimentar
- Promover a resiliência dos pequenos agricultores para a recuperação
- Prevenir a próxima pandemia de origem zoonótica, aplicando uma abordagem com foco no conceito de “uma saúde”
- Iniciar a transformação dos sistemas alimentares

Em resposta à emergência atual, a FAO está trabalhando para reunir governos e várias partes interessadas em um chamado para a ação, coletando e analisando dados para

entender melhor as novas tendências e detectar todos os tipos de deterioração para fornecer consultoria técnica e desenvolvimento da capacidade em relação a uma ampla variedade de disciplinas em tempo hábil. Além disso, a Organização está fornecendo apoio no que diz respeito aos investimentos para aproveitar todos os tipos de parcerias e financiamento.

O novo programa também conta com o apoio da Coalizão Alimentar contra a COVID-19, lançada pelo governo da Itália e liderada pela FAO, que mobiliza assistência política, financeira e técnica em apoio aos países afetados pela crise atual.

Segundo a diretora-geral adjunta da FAO, Beth Bechdol, os esforços que serão necessários para abordar seriamente essas sete áreas de resposta prioritária serão imensos. “A Coalizão Alimentar é uma abordagem exemplar com o objetivo de aproveitar uma alta densidade de capital e vontade política para impedir que a pandemia se agrave de uma crise de saúde para uma crise alimentar”.

O evento também contou com a participação de: Sra. Carla Montesi, Diretora de Planeta e Prosperidade da Direção Geral de Cooperação e Desenvolvimento Internacional da Comissão Europeia; Sr. Joachim von Braun, Diretor do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento da Universidade de Bonn (ZEF) e Presidente do Grupo Científico da Cúpula sobre Sistemas Alimentares, convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas; Sra. Josefa Leonel Correia Sacko, Comissária para Economia Rural e Agricultura da União Africana; Sr. Kip Tom, embaixador e representante permanente dos Estados Unidos da América nas agências das Nações Unidas para alimentação e agricultura, com sede em Roma; Sra. Vincenza Lomonaco, embaixadora representante permanente da República Italiana na FAO; Sr. Peter Bakker, presidente e diretor executivo do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, e Sra. Najat Mokhtar, diretora-geral adjunta e chefe do Departamento de Ciências Nucleares e Aplicações da Agência Internacional de Energia Atômica.

Os participantes do diálogo discutiram áreas de resposta prioritária, maneiras de conduzir ações conjuntas e modalidades de parceria com a FAO na resposta à COVID-19 em relação ao setor agrícola.

FONTE:https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC_2020_ONLINE_200420.pdf

FONTE:<http://www.fao.org/publications/sofi/es/>

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/07Global_Humanitarian_Response_Plan.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/01DataForDecisionMaking.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/02Economic_Inclusion_and_Social_Protection.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/03TradeandFoodSafety_FAOCovid19response.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/04Boosting_Smallholder_Resilience_for_Recovery.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/05Preventing_the_next_zoonotic_pandemic.pdf

FONTE:http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Resource_Mobilization/resources/covid_19/06Food_Systems_Transformation.pdf



Comunicação sobre a preparação da saúde a curto prazo da UE para futuros surtos de COVID-19

Esta comunicação visa garantir a preparação para a saúde a curto prazo da União Europeia (UE) em caso de novos surtos de COVID-19 na Europa. Chama a atenção particular para a necessidade de reduzir o ônus da gripe sazonal 2020/2021, para mitigar a pressão adicional sobre os sistemas de saúde, caso isso coincida com um novo surto de COVID-19. Para cada domínio, a presente comunicação baseia-se nas principais lições aprendidas, positivas e negativas, e descreve as principais medidas a serem tomadas nos próximos meses.

Isso exigirá forte coordenação e troca de informações dentro e entre os Estados-Membros e as comunidades, bem como o compromisso de implementar essas medidas, que são uma competência nacional. A experiência demonstrou que a coordenação de ações com os vizinhos e a nível da UE é vital. A contenção e gestão de novos surtos também exigirão cooperação e apoio contínuos para a vizinhança imediata da UE e além. Por conseguinte, sempre que adequado e viável, como indicado no presente documento, a Comissão associará os Balcãs Ocidentais, os países vizinhos e outros países parceiros às ações propostas neste documento.

FONTE:https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication_-_short-term_eu_health_preparedness.pdf



ONU lança ferramenta com direitos dos cidadãos e novas leis sobre pandemia

Agências da ONU lançaram, na quarta-feira, o Covid-19 Law Lab, uma ferramenta online com documentos legais de mais de 190 países que ajudam os Estados-membros a criar leis de combate à pandemia de Covid-19.

A iniciativa é compartilhada pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento, Pnud, a Organização Mundial da Saúde, OMS, e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, Unids, além da Universidade de Georgetown.

Orientações

Falando a jornalistas em Genebra, o chefe da Equipe de Sistemas Legais de Saúde da OMS, David Clarke, disse que a pandemia causou um grande aumento de ações legislativas.

Segundo David Clarke, a OMS “quer ajudar os países a entender melhor como podem legislar a sua resposta, fazendo um balanço entre comportamentos voluntários e casos em que legislação é necessária.”

Clarke deu o exemplo do uso de máscaras. Ele disse que com o novo recurso, “os países poderão perceber facilmente o que outras nações estão a fazer, que leis são apropriadas, se seguem as diretivas da OMS e respeitam os direitos humanos.”

Máscaras e quarentena

Uma pergunta sobre quarentena de pessoas que tiveram contato com pacientes, destacando como os países estão lidando de forma diferente com o tema foi respondida pelo diretor-executivo da OMS, Mike Ryan. Ele disse que este tipo de isolamento “é um ato de coragem” e contribui com a sociedade porque as pessoas têm uma probabilidade muito maior de estarem contaminadas.

Segundo Ryan, “é muito melhor quando alguém se submete à quarentena por opção, mas há casos em que governos tornaram isso obrigatório por lei.”

O especialista afirmou, no entanto, que “as orientações da OMS são claras e os Estados precisam respeitar os direitos humanos dos indivíduos e impedir que a quarentena represente um custo extra.”

Já a responsável da equipe técnica da OMS, Maria Van Kerkhove, informou que a quarentena “continua sendo um dos elementos mais importantes para quebrar as cadeias de transmissão.”

Ela contou que a agência está atualizando as diretrizes sobre o tema, para publicar na próxima semana. O documento deixará de incluir a necessidade de um teste no final de período de 14 dias. Também existirão novas orientações focadas na quarentena em família.

União

Já o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, afirmou que o objetivo da Covid-19 Law Lab é “garantir que as leis protejam a saúde e o bem-estar de indivíduos e comunidades e que cumpram os padrões internacionais de direitos humanos.”

Para o chefe da agência, leis mal projetadas ou implementadas podem prejudicar populações marginalizadas, fortalecer o estigma e dificultar os esforços para acabar com a pandemia.

Tedros também respondeu a uma pergunta sobre críticas que têm sido feitas à OMS. O diretor-geral disse que “o foco da agência continua a ser salvar vidas” e seus funcionários não irão perder o foco.

Até esta quinta-feira, foram confirmados mais de 15 milhões de casos de Covid-19 e quase 620 mil mortes.

FONTE: https://news.un.org/pt/story/2020/07/1721101?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=3ea7188626-EMAIL_CAMPAIGN_2020_07_25_12_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-3ea7188626-105027597



Especialista diz que pandemia de Covid-19 expôs desigualdade digital em todo o mundo

Em entrevista à ONU News, a diretora-executiva da Aliança para a Internet Acessível, Sónia Jorge, afirmou que a pandemia de Covid-19 causou um reconhecimento dos níveis de desigualdade digital em todo o mundo.

Sónia Jorge foi uma das participantes do lançamento do Roteiro para Cooperação Digital da ONU, apresentado pelo secretário-geral em junho.

A pandemia de Covid-19 está a acelerar as mudanças nesta área?

Mudanças, infelizmente, não estão a acontecer muito rápido. Aquilo que está a acontecer é um reconhecimento de que a crise da desigualdade digital a nível mundial, mas principalmente em certas áreas do mundo, é crítico e é realmente uma crise. É uma crise que este vírus da Covid-19 veio desmascarar. Tem estado muito escondido e esta crise de saúde pública global veio desmascarar.

É uma crise que este vírus da Covid-19 veio desmascarar

Conclusão, o que é que isto quer dizer? A população mundial, mais de 50%, que já sabemos que não tem acesso à internet, está numa desvantagem terrível, não só no acesso à informação, mas no acesso à educação, dados sobre saúde, possibilidades de trabalho e formas de compensar a crise económica.

Outro problema que também é muito importante é que muitos não têm um acesso que seja bom suficiente para, por exemplo, usufruir da educação em linha, informações de saúde ou simplesmente informação geral sobre o estado do país, negócios, informações básicas.”

Portanto, a crise da desigualdade digital, é mais complexa do que parece, porque não é só ao nível da falta de acesso. Mesmo aqueles que têm acesso, não têm acesso de qualidade suficiente.

As populações em países como, por exemplo, Moçambique, Cabo Verde ou até mesmo no Brasil, que supostamente estão em linha, muitas vezes não têm acesso à velocidade, aos dados e aos dispositivos que lhes proporcionem as oportunidades que o desenvolvimento digital possa dar.

Imagine o número de crianças que não têm escola, as escolas fecham, e passam a ser virtual. Muitos deles nem têm aparatos que sejam suficientes para usufruírem da educação. E o mesmo em relação à saúde, para terem consultas virtuais.

E outras pessoas ao nível do trabalho. Há muitos trabalhos que as pessoas não podem fazer em casa, não podem ser virtuais. Há muitas desvantagens da falta de acesso, não só para os que estão excluídos, mas também os que tem uma certa inclusão, mas que não é suficiente para uma grande percentagem nos países desfavorecidos.

Como é que este problema está distribuído a nível mundial?

A nível mundial, diz-se que à volta de 50% da população mundial está em linha. Mas entre 20 a 30% dessa população não está bem servida, isso quer dizer, não tem conectividade significativa, conectividade com capacidade equivalente a 4G, dados suficientes, aparatos com disponibilidade e acesso frequente. Se a pessoa tem acesso uma vez por mês, não é a mesma coisa que ter diariamente.

Depois, se for a ver o resto da população que não tem acesso nenhum, a maioria está na África e no sul da Ásia. São populações rurais, remotas, pobres, mulheres e adolescentes meninas.

Isso quer dizer que existem barreiras a nível de rendimentos, mas também a nível da indústria, de infraestrutura, de serviços, e outras que têm a ver com fatores sociais e culturais, que não permitem a certos grupos terem acesso por outros problemas que, infelizmente, ainda não se conseguiu lidar. Isso tem a ver com a desigualdade a nível do género e também desigualdade no mundo inteiro, todos os problemas que ainda não se conseguiram resolver, relacionados com a pobreza.

Existem barreiras a nível de rendimentos, mas também a nível da indústria, de infraestrutura, de serviços, e outras que têm a ver com fatores sociais e culturais

Depois, a nível do número específico das diferentes regiões, em África só à volta de 25% tem acesso aos serviços digitais. A nível da Ásia, é um bocadinho mais, mas nos países desfavorecidos do Sul é à volta de 30, 35%.

Além de regiões, que outros tipos de desigualdades existem?

Se for a ver a nível de género, na Ásia, o fosso digital de género na Ásia é mais de 50%. Das pessoas que estão ligadas e que têm acesso, a maioria são homens, as mulheres estão muito mais em desvantagem.

Nos países de África, e mesmo em países fora dessas regiões, em que esse fosso possa não parecer tão grande a nível do acesso, continua a ser grande a nível do uso, por causa dos tais problemas culturais e sociais que não deixam as mulheres e meninas usufruírem das oportunidades que os homens têm, ficando ainda mais em desvantagem.

A nível de rendimentos, as mulheres continuam a receber, em média, dependendo das regiões, entre 30 a 40% dos salários dos homens. Portanto, a nível do custo do acesso à internet, para as mulheres é uma percentagem muito maior do rendimento mensal médio do que para os homens. Conclusão, não só a acessibilidade e o custo é a barreira principal, mas é a barreira que exclui muito mais as mulheres e os pobres, principalmente as mulheres pobres e rurais.

Portanto, é um problema complexo, mas não é um problema difícil de lidar. Aliás, é fácil de lidar com ele, é preciso existir um compromisso.

FONTE: https://news.un.org/pt/interview/2020/07/1721241?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=3ea7188626-EMAIL_CAMPAIGN_2020_07_25_12_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-3ea7188626-105027597



ONU propõe renda básica temporária para reduzir pandemia entre os mais carentes

A criação de um pacote de renda básica temporária para os mais pobres do mundo pode combater o aumento no número de casos de Covid-19. A medida beneficiaria pelo menos 2,7 bilhões de pessoas no mundo.

A proposta é parte de um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud, divulgado esta quinta-feira, pelo chefe da agência, Achim Steiner.

Setor informal

Segundo a pesquisa do Pnud, a medida custaria US\$ 199 bilhões por mês para atender pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza em 132 países em desenvolvimento.

A agência lembra que todas as semanas, surgem 1,5 milhão de novos casos da Covid-19, principalmente nessa região. Sete em cada 10 trabalhadores nesses países atuam no setor informal e não têm como se sustentar ficando em casa.

Muitos dos cidadãos sem proteção social são mulheres e jovens, refugiados, migrantes e pessoas com deficiência.

O Pnud pesquisou mais de 60 países e disse que a criação de uma renda temporária “é viável e necessária urgentemente.”

Financeiramente, a pesquisa diz que a medida é possível. Implementar a renda básica por seis meses, por exemplo, custaria 12% da resposta financeira total esperada ainda este ano, e equivale a um terço dos pagamentos em dívidas externas em 2020.

Os países poderiam custear a medida redirecionando os fundos destinados ao pagamento de suas dívidas, no valor de US\$ 3,1 trilhões para as nações em desenvolvimento.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, já pediu um congelamento da dívida para este grupo de países.

Soluções

Em comunicado, Achim Steiner afirmou que “tempos sem precedentes exigem medidas sociais e econômicas sem precedentes.”

Segundo ele, “os planos de resgate e recuperação não podem se focar apenas em grandes mercados e grandes empresas.”

Esta opção permitiria que as pessoas injetassem dinheiro nas economias locais, ajudando a manter as pequenas empresas em funcionamento.

A pesquisa revela que os governos precisam fazer mais para proteger empregos, expandir o apoio a pequenas e médias empresas e usar soluções digitais no combate à exclusão de pessoas.

Ação

Alguns dos exemplos vêm da África, onde Togo distribuiu US\$ 19,5 milhões a mais de 12% da população, principalmente mulheres no setor informal. Na Europa, a Espanha aprovou um orçamento mensal de 250 milhões de euros para ajudar 850 mil famílias vulneráveis e 2,3 milhões de indivíduos.

Segundo estimativas da ONU, mais de 100 milhões de pessoas deverão ficar em situação de pobreza extrema até o final do ano. Cerca de 1,4 bilhão de crianças foram afetadas pelo fechamento de escolas. Os níveis de desemprego estão batendo recordes em vários países.

O Pnud prevê que o desenvolvimento humano deve cair este ano pela primeira vez desde que o conceito foi introduzido, em 1990.

FONTE: https://news.un.org/pt/story/2020/07/1721031?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=a107ca1d4a-EMAIL_CAMPAIGN_2020_07_24_12_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-a107ca1d4a-105027597

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>